

# Correspondência verbal na Terapia Analítica Comportamental: Contribuições da pesquisa básica

Verbal correspondence in Behavioral Analytical Therapy: Contributions of basic research

Correspondencia verbal en la Terapia Analítica Comportamental: Contribuciones de la pesquisa básica

Nathalie Nunes Freire Alves de Medeiros ✉  
Universidade de Brasília



Carlos Augusto de Medeiros  
Centro Universitário de Brasília

## RESUMO

Terapeutas têm acesso aos relatos dos eventos que ocorrem fora da sessão, e não aos eventos em si, tornando a precisão dos relatos fundamental à psicoterapia. O presente artigo tem como objetivo discutir como as regularidades descritas nos relatos de pesquisa básica em correspondência verbal podem ajudar terapeutas analítico-comportamentais a compreender variáveis que interferem na precisão dos relatos verbais. Este artigo teórico adotará como metodologia apresentar os conceitos fundamentais e os principais dados de pesquisa básica em correspondência verbal, os quais serão aplicados na compreensão de exemplos clínicos. Ainda com base nos exemplos, será discutido como algumas práticas de terapeutas podem afetar a correspondência verbal de seus clientes. Concluiu-se que o modo como são feitas perguntas solicitando os relatos, as consequências apresentadas pelo terapeuta aos comportamentos dos clientes e o modo com as regras são trabalhadas constituem-se em variáveis que afetam a correspondência verbal na clínica.

*Palavras-chave:* terapia analítico-comportamental, correspondência verbal, comportamento verbal, psicoterapia comportamental pragmática

## ABSTRACT

Therapists have access to reports of events occurring outside the session rather than the events themselves, making the accuracy of reports fundamental to psychotherapy. This paper aims to discuss how the regularities described in reports of basic research in verbal correspondence can help analytic-behavioral therapists understand variables that interfere the accuracy of verbal reports. This theoretical approach will present the fundamental concepts and the main data of basic research in verbal correspondence, which will be applied in the understanding of clinical examples. Still based on the examples, it will be discussed how some practices of therapists can affect the verbal correspondence of their clients. It is concluded that the way in which questions requesting the reports, the consequences presented by the therapist to the client's behavior and the manner which the rules are manipulated, are all variables that affect the verbal correspondence in the clinic.

*Keywords:* behavior analytic therapy, verbal correspondence, verbal behavior, pragmatic behavioral psychotherapy

## RESUMEN

Los terapeutas tienen acceso a relatos de eventos que ocurren fuera de la sesión y no a los eventos en sí, lo que hace que la exactitud de los relatos sea fundamental para la psicoterapia. Este artículo pretende analizar cómo las regularidades descritas en la pesquisa básica en correspondencia verbal pueden ayudar a los terapeutas a comprender las variables que interfieren con la precisión de los relatos verbales. Este artículo teórico presentará los conceptos fundamentales y los principales datos de pesquisa básica en correspondencia verbal, que se aplicarán en la comprensión de ejemplos clínicos. Aún basado en los ejemplos, se discutirá cómo algunas prácticas de terapeutas pueden afectar la correspondencia verbal de sus clientes. Se concluye que la forma en que se hacen las preguntas solicitando los relatos, las consecuencias que presenta el terapeuta sobre el comportamiento del cliente y la manera en que se manipulan las reglas, son variables que afectan la correspondencia verbal en la clínica.

*Palabras clave:* terapia analítica comportamental, correspondencia verbal, conducta verbal, psicoterapia pragmática conductual

A maior parte das interações entre o cliente e o terapeuta ocorre por meio dos comportamentos verbais de ambos (Medeiros, 2002a; 2002b). Além disso, uma parte considerável dos comportamentos-alvo – isto é, aqueles cuja intervenção tem como objetivo a modificação na frequência (Medeiros & Medeiros, 2012) – é inacessível à observação direta por parte do terapeuta. Apenas os relatos dos comportamentos-alvo que ocorrem fora da sessão estão disponíveis ao terapeuta. De forma similar, o terapeuta não tem acesso ao que o cliente está pensando ou sentindo, tendo acesso apenas aos relatos acerca de sentimentos e pensamentos. Sendo assim, conforme sugere Medeiros (2013), qualquer

análise, intervenção e avaliação de resultados de um tratamento terapêutico serão afetadas pela correspondência entre os comportamentos verbais do cliente e os estímulos a que estes supostamente se referem.

Por mais que os clientes relatem que desejam melhorar e que estão dispostos a colaborar para o sucesso do tratamento, frequentemente apresentam relatos verbais não correspondentes. A ausência de correspondência verbal – ou seja, a perda de controle discriminativo entre estímulos relatados e as topografias de relatos verbais acerca desses estímulos – pode ser determinada por diversos fatores (Skinner, 1957). Caso sejam identificados

esses fatores, o terapeuta terá mais condições de afetar a correspondência verbal de seus clientes e, conseqüentemente, terá mais chances de obter sucesso no tratamento dos casos clínicos.

Este trabalho tem por objetivo, portanto, utilizar conceitos e dados de pesquisa básica em correspondência verbal para analisar comportamentos verbais precisos ou não emitidos por clientes na clínica analítica-comportamental. Os conceitos advindos da proposta de Skinner (1957) acerca do comportamento verbal (e.g., tatos, tatos distorcidos, intraverbais), assim como da área de pesquisa básica denominada correspondência verbal (e.g., tipos de correspondência, reforçamento de relatos específicos, treino de correspondência), serão definidos e ilustrados com base em exemplos clínicos. Também com base nesses exemplos clínicos, serão abordadas práticas do terapeuta que podem replicar as variáveis manipuladas nos estudos experimentais em correspondência verbal e, com base nas relações funcionais observadas por essas pesquisas, discutir o impacto de tais práticas sobre a correspondência verbal no contexto clínico. Por fim, serão apresentadas formas de atuar oriundas da Psicoterapia Comportamental Pragmática (Medeiros & Medeiros, 2012) que podem favorecer a correspondência verbal na clínica.

## COMPORTAMENTO VERBAL

O comportamento verbal é definido como um operante que atua indiretamente no ambiente, sendo ineficaz em produzir alterações no ambiente sem o intermédio de uma pessoa denominada ouvinte (Skinner, 1957). O comportamento verbal atua sobre o comportamento das outras pessoas e, em certos momentos, sobre o comportamento do próprio indivíduo que se comporta verbalmente (i.e., o falante). Para tanto, é necessário que falante e ouvinte tenham passado por um treino comum de modo a pertencerem a uma mesma comunidade verbal.

A comunidade verbal é o grupo de pessoas que se comportam verbalmente sobre circunstâncias similares e que respondem aos mesmos estímulos verbais de forma relativamente uniforme (Skinner, 1957). É a comunidade verbal que estabelece em que circunstâncias a emissão de dadas respostas verbais (e.g., palavras) será reforçada e quais comportamentos de ouvinte serão reforçados diante de determinados estímulos verbais. Em decorrência disso, a comunidade verbal treina a correspondência verbal, como ressalta Ribeiro (1989). Caso uma criança que está jogando bola seja questionada acerca do que está fazendo, por exemplo, apenas respostas de topografia similar a “estou jogando bola” serão reforçadas. Caso a criança diga algo diferente, como “estou fazendo a lição de casa”, é improvável que o reforçamento ocorra.

A resposta verbal “estou jogando bola” exemplifica o operante verbal denominado de tato por Skinner (1957). O tato é o comportamento verbal cuja topografia da resposta é controlada por estímulos antecedentes não verbais, como objetos, propriedades de objetos, acontecimentos e o próprio comportamento do falante. O tato é estabelecido e mantido por reforçadores condicionados generalizados, como a aprovação.

Assim como o tato, outros comportamentos verbais são mantidos por reforçadores generalizados, o que possibilita o controle pelo estímulo antecedente (Skinner, 1957). Nos operantes verbais ecóico, transcrição, textual e intraverbal, os estímulos antecedentes são verbais. Com exceção do intraverbal, cuja topografia da resposta não guarda relação de controle ponto a ponto com o estímulo antecedente verbal, os demais operantes verbais não são particularmente relevantes para o presente artigo. No intraverbal, certos estímulos verbais assumem o controle discriminativo sobre a resposta verbal em decorrência do histórico de reforçamento.

A topografia de respostas nos intraverbais se assemelha à do tato, principalmente porque,

diferentemente dos demais operantes sob o controle de estímulos verbais, um estímulo verbal que guarde correspondência ponto a ponto com a resposta não precisa estar presente no momento da sua emissão. Por exemplo, quando alguém cumprimenta um conhecido com “Como vai?”, a sua resposta “Estou bem” pode ser tanto um tato como um intraverbal. Caso a resposta verbal “Estou bem” esteja sob o controle de como a pessoa realmente está, é possível concluir que a resposta verbal se trata de um tato. Todavia, caso ela seja controlada apenas pela pergunta “Como vai?”, independentemente de como a pessoa realmente esteja, o “Estou bem” se constitui em um intraverbal.

Para a clínica, são relevantes os intraverbais que ocorrem sob o controle de perguntas do terapeuta que seriam reforçadas pela emissão de tatos do cliente. Quando o terapeuta pergunta ao cliente “Como está a sua vida conjugal?”, não quer que ele diga que “Está ótima” mesmo que ela não esteja bem. O comportamento de perguntar sobre a vida conjugal do cliente será reforçado por um tato acurado do cliente acerca de sua vida conjugal, e não por uma resposta verbal padronizada controlada apenas pela topografia de sua pergunta.

As perguntas do terapeuta exemplificam o operante verbal denominado por Skinner (1957) de mando, ao especificarem o reforçador que as controla, que seriam as respostas do cliente. Mandos, portanto, são os operantes verbais cuja topografia da resposta é determinada por reforçadores específicos. A sua probabilidade de ocorrência é determinada por variáveis ambientais que estabelecem a função reforçadora momentânea dos reforçadores específicos com a privação e estimulação aversiva.

O comportamento verbal é determinado pelas mesmas variáveis que controlam os demais comportamentos operantes, devendo ser analisado

como tal. Para Skinner (1957), o comportamento verbal não pode ser compreendido como uma forma de comunicação de ideias, sentimentos, pensamentos e acontecimentos. Ele é uma forma de agir no ambiente social de modo a produzir efeitos nos comportamentos das pessoas, e são esses efeitos que controlam o comportamento verbal. O terapeuta, portanto, deveria estar mais preocupado com a função do dizer de seus clientes do que propriamente com o conteúdo do que é dito.

### **CONDIÇÕES QUE AFETAM O CONTROLE DE VARIÁVEIS NO COMPORTAMENTO VERBAL E A CORRESPONDÊNCIA VERBAL**

O terapeuta é um ouvinte como outro qualquer, e o comportamento verbal do cliente pode estar sob o controle das consequências providas por ele em detrimento do controle pelos estímulos antecedentes (Chamati, & Pergher, 2009; Glenn, 1983; Medeiros, 2002a; 2002b; Pergher, 2002; Zettle & Hayes, 1986). No tato e nos demais comportamentos verbais cujas topografias de respostas não são controladas por reforçadores específicos, o controle pelo estímulo antecedente é preponderante. Todavia, quando reforçadores generalizados são contingentes a topografias de respostas específicas, independentemente da sua correspondência com os estímulos antecedentes, a relação de controle entre os estímulos antecedentes e a topografia das respostas verbais pode ser afetada (Medeiros, 2013; Skinner, 1957). Skinner (1957/1978) descreve esse tipo de controle da seguinte forma: “o controle de estímulos pode ser distorcido por certas consequências especiais, proporcionadas por um ouvinte em particular ou por ouvintes em geral sob determinadas circunstâncias” (p. 182).

Um exemplo clínico<sup>1</sup> pode ajudar o leitor a compreender esse ponto. Um cliente de 20 e poucos anos procura a terapia porque está sendo

<sup>1</sup> Os exemplos clínicos abordados nesse artigo são de casos reais atendidos pelo segundo autor com mudanças e omissões de informações que permitiriam a identificação dos clientes envolvidos.

pressionado a estudar para concursos públicos pela família. O cliente relata apresentar grandes dificuldades de estudar. Como passa muito tempo sozinho em casa, seus familiares não têm acesso ao seu comportamento de estudar. Nas vezes em que o cliente relatou que havia estudado, tendo estudado ou não, além de ouvir elogios, deixou de ouvir cobranças de sua família. O cliente pode tratar o terapeuta como trata os seus familiares e relatar que estudou vários dias da semana. Caso o cliente tenha realmente estudado, o seu relato pode ser considerado um tato, uma vez que a topografia da sua resposta verbal é controlada pelo seu comportamento de estudar, o qual funcionará como estímulo antecedente não verbal. Por outro lado, caso a resposta verbal esteja sob o controle preponderante das consequências providas pela família ou pelo terapeuta, pode ser que ele não tenha estudado a despeito de ter relatado tê-lo feito. Assim essa resposta verbal não pode ser classificada como um tato.

Skinner (1957) categoriza os relatos, como os do jovem de ter estudado sem tê-lo feito, como tatos distorcidos. Nos tatos distorcidos, reforçadores generalizados contingentes a respostas específicas enfraquecem ou eliminam o controle pelo estímulo antecedente na presença do qual elas seriam reforçadas pela comunidade verbal:

Medidas especiais de reforço generalizado são mais obviamente eficazes quando levam a uma real distorção do controle de estímulos. [...] Uma resposta que tenha recebido uma medida especial de reforço é emitida na ausência de circunstâncias sob as quais ela é caracteristicamente reforçada. (Skinner, 1957, p. 184-185)

O tato distorcido é um termo técnico proposto por Skinner (1957) que descreve ocorrências que normalmente são consideradas mentiras no senso

comum (Medeiros, 2013). O tato distorcido pode ocorrer em função de um duplo papel exercido pelos ouvintes. Ao mesmo tempo em que ouvintes na comunidade verbal treinam tatos na medida em que reforçam diferencialmente respostas verbais na presença de circunstâncias específicas (e.g., dizer que estava jogando bola quando de fato estava jogando bola), ouvintes também reforçam ou punem respostas de certa topografia específica na ausência dessas circunstâncias. O problema é que o ouvinte (e.g., o terapeuta) nem sempre tem acesso aos estímulos aos quais as respostas verbais do falante se referem, consequenciando tais respostas independentemente da sua correspondência com os estímulos.

Os primeiros estudos sobre correspondência verbal investigaram a precisão de uma resposta verbal prévia na descrição de um comportamento subsequente do próprio falante (Paniagua & Baer, 1982; Risley & Hart, 1968). Por exemplo, era verificado por essas pesquisas se o fato de o cliente declarar que iria estudar cinco horas por dia na próxima semana afetaria de alguma maneira se ele estudaria ou não. Posteriormente, as investigações se voltaram para condições que afetavam o relato de um comportamento já executado, tendo o experimento de Ribeiro (1989) como um marco importante.

A correspondência verbal, portanto, conforme definida por Paniagua (1990), Catania (1999/1999), Lloyd (2002) e Beckert (2005), é um campo da Análise Experimental do Comportamento que investiga a relação entre o comportamento verbal e outro comportamento do mesmo indivíduo. Em outras palavras, é o estudo das condições que afetam a correspondência entre o fazer e o dizer. Cabe a ressalva que, para Skinner (1957), o dizer é um fazer (i.e., comportamento operante). Além disso o fazer relatado também pode se constituir em uma resposta verbal.

A literatura tem investigado três tipos de cadeias de correspondência (Lloyd, 2002; Beckert, 2005): a correspondência dizer-fazer, na qual é verificado se o falante emite o comportamento que havia anunciado previamente que emitiria; a correspondência fazer-dizer, na qual é verificado se o falante relata com precisão um comportamento prévio; por fim, a correspondência dizer-fazer-dizer, na qual é verificado se o falante cumpre o disse que faria e se relata com precisão o que fez.

Ribeiro (1989) e Beckert (2005) fizeram tentativas de aproximação das duas terminologias utilizando o conceito de tato com função de mando (i.e., tatos impuros, Skinner, 1957), ou mandos disfarçados de tatos, como sugere Peterson (1978). Ribeiro parece desconsiderar a distinção entre tatos distorcidos e impuros, tratando ambos como ocorrências de alteração na relação de controle de estímulos no tato em decorrência das consequências da resposta. Medeiros (2013), por sua vez, ressalta que, nos tatos impuros, os reforçadores são específicos e que, nos tatos distorcidos, os reforçadores são generalizados. Como os reforçadores utilizados nas pesquisas básicas em correspondência verbal e no contexto clínico são predominantemente generalizados, os conceitos de tato e de tato distorcido parecem mais apropriados para descrever os relatos correspondentes ou não quanto aos três tipos de cadeias de correspondência investigados.

O falante pode tatear seus próprios comportamentos presentes, passados e, como sugere Skinner (1953), estímulos que precederam no passado a emissão de certos comportamentos futuros. Realmente há um problema lógico em tatear um estímulo no futuro. Porém é possível tatear uma série de eventos que precederam e acompanharam a emissão de certos comportamentos no passado e que provavelmente serão emitidos no futuro. Além disso é possível tatear outros estímulos quaisquer que não apenas os comportamentos do próprio indivíduo, o que torna

os conceitos de tato e tato distorcido mais abrangentes que os conceitos de correspondência ou não correspondência entre o dizer e o fazer. As pesquisas de Medeiros, Oliveira e Silva (2013), Souza, Guimarães, Antunes e Medeiros (2014), Brito, Medeiros, Medeiros, Antunes e Souza (2014) e de Antunes e Medeiros (2016), por exemplo, investigaram a correspondência no relato do valor de cartas de baralho. Nesses experimentos, os relatos imprecisos não são perfeitamente descritos como ocorrências de ausência de correspondência fazer-dizer, pois o valor de uma carta é o estímulo a ser relatado, e não outro comportamento do falante. Em clínica, por exemplo, o cliente não relata apenas os seus comportamentos. Ele também relata estímulos quaisquer, como uma agressão física que sofreu de seu pai na infância.

Os efeitos de diversas variáveis sobre a correspondência verbal foram investigados empiricamente, como a emissão de relatos de erros em tarefas acadêmicas (Brino, & de Rose, 2006; Critchfield, & Perone, 1990; 1993; Sanabio-Heck, & Abreu-Rodrigues, 2002). Nesses estudos, os participantes eram solicitados a executar uma tarefa (e.g., ler em voz alta uma palavra mostrada na tela do computador) e, em seguida, relatar se haviam acertado ou não aquela tentativa. Dentre as variáveis investigadas nesses estudos, as tentativas incorretas foram as mais correlacionadas com a ausência de correspondência, de modo que os participantes tendiam a superestimar os seus acertos. O treino de correspondência foi um procedimento aplicado em praticamente todos os estudos de correspondência. No caso dos estudos de relatos de erros, reforçadores eram apresentados apenas quando os participantes reportavam com precisão que haviam errado uma tentativa. Brino e de Rose (2006) e Critchfield e Perone (1990; 1993) realizam esse treino utilizando reforçamento contínuo. Já Cortez, de Rose e Montagnoli (2013) verificaram o efeito do treino de correspondência feito em razão variável

(VR) sobre o estabelecimento e a manutenção da correspondência verbal em relatos de erros. Ao contrário dos treinos feitos em reforçamento contínuo (CRF), os treinos em VR foram eficazes em manter a correspondência dos relatos de erros mesmo após a sua retirada.

Punições para relatos distorcidos e/ou reforçamento para relatos acurados feitos de modo intermitente também foram aplicados por Medeiros et al. (2013), F. H. Medeiros (2012), Souza et al. (2014), Brito et al. (2014), Antunes (2016), Antunes e Medeiros (2016), Demoly (2016) e Brito (2017). Entretanto esses estudos utilizaram uma metodologia diferente para investigar a correspondência verbal. Foi utilizado um jogo de cartas no qual, a cada rodada, o participante era solicitado a relatar o valor da carta que comprara, podendo ser esse relato correspondente ou não. Na maior parte das condições, distorcer o relato aumentava a chance de vencer o jogo. Foram variáveis investigadas pelos estudos que utilizaram o jogo de cartas: a frequência em que a correspondência era checada (Medeiros et al., 2013); a magnitude da punição/reforço para relatos distorcidos e precisos quando havia checagem (Brito, 2017; Brito et al., 2014); a probabilidade de reforçamento para relatos precisos (Antunes, 2016; Antunes & Medeiros, 2016); se o relato das cartas era solicitado por perguntas abertas ou fechadas (Demoly, 2016; Souza et al., 2014); o tipo de consequência reforçadora ou punitiva para relatos precisos ou distorcidos (Brito, 2017; F. H. Medeiros, 2012). Esse conjunto de estudos observou efeito principalmente da frequência de checagem, da probabilidade de reforçamento para relatos precisos e do modo como o relato era solicitado sobre a correspondência verbal.

Já os clássicos estudos de Paniagua e Baer (1982), Ribeiro (1989) e Risley e Hart (1968) utilizaram relatos acerca do comportamento de brincar. Risley e Hart (1968) trabalharam com a sequência dizer-

fazer; já Ribeiro (1989) investigou a correspondência fazer-dizer, enquanto o estudo de Paniagua e Baer (1982) investigou os três tipos de correspondência. Esses estudos demonstram que, ao se reforçar relatos específicos, sejam eles correspondentes ou não, a correspondência verbal é afetada negativamente ainda que possa ser reestabelecida por meio de treinos de correspondência. Sanabio-Heck e Abreu-Rodrigues (2002), ao replicarem os estudos de Critchfield e Perone (1990; 1993), também verificaram que a punição para relatos específicos pode afetar a correspondência verbal tanto de relatos de erros quanto de acertos em uma tarefa de igualação de acordo com o modelo.

Todas as variáveis investigadas pelos estudos de correspondência verbal descritos brevemente acima afetaram a correspondência verbal em maior ou menor grau, sendo particularmente relevantes para a Terapia Analítica-Comportamental o reforçamento e a punição de relatos específicos, a frequência de checagem, a probabilidade de reforçamento para relatos precisos e o tipo de pergunta por meio da qual o relato é solicitado.

#### **A CORRESPONDÊNCIA VERBAL E A TERAPIA ANALÍTICA-COMPORTAMENTAL**

De acordo com a Psicoterapia Comportamental Pragmática (Medeiros & Medeiros, 2012), dois tipos de comportamentos são o foco de trabalho do terapeuta. Os primeiros são denominados comportamentos-alvo emitidos, isto é, são aqueles que o cliente emite na relação com o terapeuta. O segundo tipo são aqueles comportamentos que ocorrem fora da sessão, os quais são denominados comportamentos-alvo relatados. Os comportamentos-alvo emitidos são aqueles presentes na relação terapêutica. De acordo com Ferster (1972) e Kohlenberg e Tsai (1991/2001), o cliente tende a replicar, nas suas interações com o terapeuta, padrões comportamentais comumente

emitidos nas suas relações com outras pessoas. Lizarazo, Muñoz-Martínez, Santos e Kanter (2015) relataram o exemplo desse tipo de comportamento a partir do caso de um cliente que começava a chorar diante do terapeuta como forma de fuga de um assunto com função aversiva, agindo da mesma forma quando cobrado pelas pessoas de seu convívio. De acordo com Medeiros e Medeiros (2012), por mais que o terapeuta deva se ocupar dos comportamentos-alvo emitidos uma vez que tem acesso diretamente a eles, os comportamentos relatados, ou seja, aqueles que ocorrem no ambiente do cliente, são os mais relevantes para a clínica. Apesar disso, o terapeuta tem acesso apenas aos relatos desses comportamentos, e não aos comportamentos em si.

O terapeuta geralmente só tem acesso a 50 minutos do tempo do cliente por semana, o que restringe a quantidade de comportamentos que ele pode observar diretamente. Por outro lado, são inúmeros os relatos dos clientes acerca de eventos que ocorreram fora do consultório, como uma discussão no trabalho, a qual não se tem condições de saber se ocorreu ou se ocorreu do modo descrito pelo cliente. Daí surge o desafio de coletar informações para formular as hipóteses de análises funcionais, de testá-las, de intervir em um comportamento a que não se tem acesso e, por fim, consequenciá-lo diferencialmente. A ausência de acesso, como defendem Glenn (1983) e Pergher (2002), limita as análises e intervenções do terapeuta.

Alguns aspectos precisam ser levados em consideração ao se discutir a correspondência verbal na clínica. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o dizer é um comportamento operante e é sujeito às mesmas variáveis de controle que qualquer comportamento operante (Skinner, 1957). Sendo assim, o cliente pode operar sobre o comportamento do terapeuta como opera sobre o comportamento de qualquer ouvinte, ou seja, o cliente se comporta em relação ao terapeuta de modo similar a como se

comporta em relação às demais pessoas de seu convívio, o que torna a relação terapêutica fundamental (Kohlenberg & Tsai, 1991). Afinal, o terapeuta é apenas mais um ouvinte, porém não deve ocupar o papel de um ouvinte qualquer e, a partir do modo como lida com as respostas verbais do cliente, aumentar a probabilidade de relatos precisos (Medeiros & Medeiros, 2012).

Um ponto de partida é investigar a função do dizer além do conteúdo do que é dito (Glenn, 1983; Skinner, 1957). Por exemplo, um cliente pode ter anunciado ao terapeuta que teria uma conversa difícil com a esposa sobre a distribuição de tarefas com o filho de 3 anos. Esse cliente inicia a próxima sessão desferindo uma série de elogios ao terapeuta e à importância da terapia em sua vida. Em seguida, esse cliente pode gastar boa parte da sessão descrevendo como a sua semana anterior foi atribulada e que não teve oportunidade para ter a conversa delicada com a esposa. No passado, esse cliente foi cobrado pelas pessoas acerca de algo que havia declarado fazer. Provavelmente, essa função se generalizou para a figura de autoridade do terapeuta. Os elogios e a descrição da semana atribulada podem ter função de esquiva de uma possível repreensão do terapeuta pela ausência de correspondência verbal. Para realizar essa análise, o comportamento do terapeuta deve ficar sob o controle da função do dizer, e não do conteúdo.

Diante de um relato como o do parágrafo acima, alguns terapeutas fazem comentários críticos sobre o fato de o cliente não ter tido a conversa com a esposa. Por exemplo: “Você está adiando essa conversa. Enquanto você não fizer algo a esse respeito, continuará a se sentir sobrecarregado”. Esse tipo de intervenção seria reforçado pela ocorrência da conversa do cliente com a esposa. É possível especular que a crítica do terapeuta teria a função de reforçamento negativo que aumentaria a probabilidade de ocorrência do comportamento de ter a conversa com a esposa. Entretanto a conversa



ocorrerá (se ocorrer) em algum momento da semana, e não durante a sessão. O comportamento que ocorre durante a sessão é o de relatar a ocorrência ou não da conversa. Como comportamento de relatar não ter conversado com a esposa foi seguido da crítica, por uma questão de relação temporal, é provável que a crítica tenha mais efeito sobre o comportamento de relatar do que sobre o comportamento de conversar com a esposa.

Uma forma eficaz de evitar a crítica do terapeuta é relatar que conversou a com esposa mesmo sem tê-lo feito. Em outras palavras, emitir um relato não correspondente ilustrando um tato distorcido. Outra alternativa seria se comprometer em ter essa conversa na próxima semana, retirando imediatamente a crítica do terapeuta. Caso o terapeuta o faça, reforçará negativamente o dizer prévio, e não o fazer. Sendo assim, provavelmente diminuirá a correspondência dizer-fazer.

A relação temporal é importante na correspondência verbal em um contexto terapêutico, afinal o comportamento de relatar é consequenciado, e não os comportamentos relatados (Medeiros, 2002a, 2002b). A proximidade temporal entre o comportamento e as suas consequências é fundamental para que estas exerçam controle sobre o comportamento (Catania, 1999/1999; Keller & Schoenfeld, 1950/1973). O mesmo ocorre em se tratando de reforçamento positivo apresentado pelo terapeuta aos relatos de comportamentos a fortalecer. Ao se analisar o caso de uma cliente que procura a terapia com queixas de dificuldades de apresentar trabalhos acadêmicos, elogios do terapeuta quando ela relata ter conseguido apresentar um seminário na faculdade podem aumentar a probabilidade de ela tatear, de modo distorcido, ter feito apresentações de trabalhos quando não as fez.

É importante reconhecer que o comportamento relatado e o comportamento de relatá-lo são operantes sob o controle de consequências distintas

(Beckert, 2005; Medeiros, 2002a; 2002b; Pergher, 2002; Zettle & Hayes, 1989). Os comportamentos relatados estão sob o controle das suas consequências no ambiente do cliente fora da terapia, como as consequências de estudar, de ter a conversa com a esposa e de apresentar o seminário. Já os comportamentos de relatar estão sob o controle das consequências providas pelos ouvintes, no caso, o terapeuta. Sanabio-Heck e Abreu-Rodrigues (2002) demonstraram a independência funcional entre o dizer e fazer ao observar que punições contingentes a relatos de acertos ou erros, a depender da condição experimental, só afetaram os relatos, e não os comportamentos relatados.

De acordo com Catania (1999/1999) e Hübner (1997/1999), mudanças no dizer modeladas pelo ouvinte têm maior probabilidade de acompanhar as mudanças no fazer. Os dados que embasam as argumentações de Catania e Hübner ao fazerem essas afirmações decorrem da pesquisa básica acerca da sensibilidade comportamental após mudanças não sinalizadas em esquemas de reforçamento (Catania, Mattheus, & Shimoff, 1982; Mattheus, Catania, & Shimoff, 1985; Shimoff, Catania, & Mattheus, 1986). Na correspondência fazer-dizer, é possível observar que, nos tatos, há uma relação discriminativa do fazer sobre o dizer. Por outro lado, não é justificável pressupor que as consequências ao dizer afetarão obrigatoriamente o fazer. O estudo de Paniagua e Baer (1982) demonstrou que o reforçamento do dizer prévio foi o procedimento que gerou menos correspondência com o fazer.

Outra variável que afeta a correspondência verbal no contexto clínico é a diferença no custo da resposta entre a emissão do comportamento relatado e a emissão do relato. O custo da resposta pode ser definido como o nível de exigência da contingência para que um reforçador seja apresentado, como o tamanho de um esquema de razão fixa (FR), por exemplo (Catania, 1999/1999). Normalmente, a

emissão de comportamentos relatados é mais custosa do que relatá-los. Frequentar a academia quatro dias na semana por uma hora é muito mais custoso que relatar que frequentou a academia com essa regularidade. Terapeutas costumam reforçar esses relatos como forma de fortalecer um comportamento que tem consequências atrasadas, como o emagrecimento. Entretanto, pela questão temporal descrita acima, reforçar o relato de ter frequentado a academia não fortalecerá necessariamente ir à academia. Logo, se os relatos já preenchem os requisitos para a liberação do reforçador, é improvável que os comportamentos relatados mais custosos aumentem de frequência em decorrência desse reforçamento.

Também é possível considerar mais custosa uma resposta que produz reforçadores e, ao mesmo tempo, resulte na apresentação de estímulos aversivos em relação a uma resposta que só produza reforçadores (Medeiros & Medeiros, 2012). Por exemplo, uma cliente pode ter encontros amorosos ocasionais com o ex-namorado que rompeu o namoro com ela há quatro anos. Essa cliente relata ainda sofrer muito pelo término, que deseja reatar o relacionamento e que tem dificuldades de iniciar novas relações afetivas. Para superar o término, deixar de sofrer em relação ao ex-namorado e iniciar novas relações, é necessário que ela encerre os vínculos com o ex-namorado.

Encerrar os vínculos com o ex-namorado pode produzir consequências reforçadoras positivas e negativas após algum tempo, porém produzirá estímulos aversivos e a perda de reforçadores imediatamente. Desse modo, é possível categorizar as iniciativas de parar de vê-lo como respostas de alto custo. Dizer que parou de vê-lo para o terapeuta é menos custoso. O terapeuta reforçar esse relato pode fazer com que ela diga que parou de ver o ex-namorado mesmo que continue a vê-lo. Ao punir o relato, o comportamento de relatar ver o ex-namorado seria enfraquecido, e não o comportamento de vê-lo em si.

A diminuição da correspondência verbal em decorrência do reforçamento e da punição de relatos específicos foi demonstrada na literatura (Ribeiro, 1989; Sanabio-Heck & Abreu, Rodrigues, 2002). Nos experimentos, são utilizados reforçadores ou estímulos punitivos arbitrários, ou seja, aqueles tornados contingentes a certas respostas emitidas pelos participantes a partir de uma programação feita pelo experimentador. Falcão (2011), ao analisar diálogos de estudos de caso publicados na literatura, observou que terapeutas comportamentais frequentemente utilizam consequências arbitrárias como forma de intervenção ao elogiarem ou repreenderem seus clientes. O uso de reforçadores e estímulos punitivos arbitrários é desaconselhado por uma série de efeitos indesejáveis sobre o repertório comportamental do cliente, como discutem Ferster (1972) e Kohlenberg e Tsai (1991/2001). Um desses efeitos indesejáveis é o enfraquecimento da correspondência verbal uma vez que as consequências arbitrárias ocorrem temporalmente próximas aos comportamentos menos custosos de relatar, e não aos comportamentos relatados.

A falta de acesso aos comportamentos-alvo do cliente que ocorrem fora do consultório tornam as regras um instrumento muito importante para a clínica. Regras são definidas por Skinner (1969/1984) como estímulos verbais que especificam uma relação de contingência e, como sustenta Skinner (1974), representam um modo eficaz de propiciar a aquisição de novos operantes diante de contingências complexas ou cujas consequências são atrasadas – contingências essas corriqueiras nas vidas das pessoas. Como defendem Medeiros e Medeiros (2012), os comportamentos-alvo a enfraquecer produzem consequências reforçadoras em curto prazo e aversivas em longo prazo. Um procedimento muito utilizado por terapeutas analítico-comportamentais como forma de intervir em comportamentos que ocorrem fora da sessão é a emissão de regras (Medeiros, 2010).

Medeiros (2010) discute extensamente algumas consequências da emissão de regras pelo terapeuta como forma de intervir nos comportamentos do cliente. Uma delas é a possibilidade de enfraquecimento na correspondência verbal. Quando um ouvinte foi instruído a se comportar de determinada maneira no passado e não seguiu as instruções, provavelmente o falante que emitira a regra apresentou consequências aversivas ao agir em desacordo com a instrução. Essas consequências aversivas para o agir em desacordo com as regras ou reforçadoras para o seu seguimento são descritas por Baum (2005/2006) como contingências próximas. Já Hayes, Zettle e Rosenfarb (1989) denominam aquiescência o seguimento de regras sobre o controle dessas consequências impostas pelo falante. O problema é que, para o falante consequenciar o seguimento ou não da regra emitida por ele, é necessário ter o acesso ao comportamento instruído. Novamente, a questão do acesso é uma limitação ao trabalho do terapeuta. Além disso, os conselhos quanto aos comportamentos-alvo são difíceis de serem seguidos. Instruir a cliente a encerrar os vínculos com o ex-namorado resulta na disparidade entre os custos das respostas de relatar e de ver o ex-namorado.

Ao aconselhar, o terapeuta impõe uma contingência para o seguimento da regra (i.e., contingência próxima). Sendo assim, um cliente pode distorcer o relato do seguimento da regra se comportando em relação ao terapeuta do mesmo modo que se comporta em relação aos demais falantes que lhe emitem regras. Tais distorções ilustrariam o que Kohlenberg e Tsai (1991/2001) denominam de comportamento clinicamente relevante 1 (CRB 1), ou o comportamento-alvo emitido a enfraquecer, como denominam Medeiros e Medeiros (2012). Ao contrário de outros falantes, todavia, o terapeuta raramente pode conferir o seguimento da regra. Logo a emissão de regras pode propiciar a emissão de relatos não correspondentes, tanto na direção

dizer-fazer quanto na direção fazer-dizer. Ao ser aconselhada a deixar de ver o ex-namorado pelo terapeuta, a cliente pode dizer que concorda com o terapeuta e que não verá mais o ex-namorado. Nesse momento, ela atende à contingência imposta pelo terapeuta dizendo que seguirá a regra, mesmo que a probabilidade de segui-la seja baixa. Ao ver o ex-namorado, mesmo diante do conselho do terapeuta, ela pode dizer que não o viu ou simplesmente não relatar que o viu.

Não raro, terapeutas aconselham, fazem perguntas fechadas e consequenciam arbitrariamente relatos específicos. Ao fazê-lo, criam condições ideais para a emissão de relatos não correspondentes. Esses três tipos de ações do terapeuta, em conjunto ou isoladamente, além das distorções do relato verbal exemplificadas até o momento, também podem gerar mais um tipo de tato distorcido, como discutem Zettle e Hayes (1986), Medeiros (2013) e Medeiros e Rocha (2004). O tato distorcido, nesse caso, compreende a emissão de justificativas não correspondentes para outros comportamentos do próprio falante.

Tatos podem ficar sob o controle discriminativo de quaisquer estímulos, até mesmo das variáveis que controlam um dado comportamento (Medeiros, 2013). Como qualquer tato, a sua precisão pode ser comprometida pelos aspectos discutidos até aqui. Portanto, caso o terapeuta instrua, pergunte de forma fechada e/ou consequencie de forma arbitrária os relatos do cliente, pode afetar não apenas o relato do comportamento, como também o relato das variáveis de controle do comportamento relatado. A justificativa de não ter tido a conversa com a esposa sobre a distribuição de tarefas com o filho em decorrência da semana atribulada do cliente acima se constitui em um exemplo. O cliente, ao invés de relatar que teve a conversa com a esposa sem ter tido, simplesmente justificou, de forma distorcida, não ter tido a conversa com ela. A baixa probabilidade de iniciar essa conversa com a

esposa provavelmente é determinada por outras variáveis, como as possíveis reações adversas que ela terá, por exemplo. Ao justificarem seus comportamentos para o terapeuta ou para si mesmos, os clientes podem evitar apresentação de estímulos aversivos do mesmo modo que o fazem ao distorcerem os relatos das ocorrências de seus comportamentos.

*Como saber se o cliente está falando a verdade?*

O senso comum possui uma visão equivocada acerca das habilidades de os terapeutas perceberem quando os seus clientes estão mentindo. Como afirmam Skinner (1957) e Medeiros (2013), o comportamento verbal distorcido afeta de modo negativo a comunidade verbal uma vez que diminui o seu contato com os estímulos não verbais acessíveis apenas ao falante. Sendo assim, os relatos não correspondentes são punidos quando o ouvinte tem acesso à ausência de correspondência. A emissão de relatos não correspondentes, ao serem emparelhados à punição, podem assumir a função de estímulos condicionados que eliciam respostas similares àquelas que ocorrem diante da punição em si. Desse modo, alguém que mente frequentemente, apresenta alterações comportamentais comuns no medo e na ansiedade (Skinner, 1953).

É possível supor que um ouvinte bem treinado (e.g., um terapeuta) poderia perceber essas alterações comportamentais comuns quando alguém mente e diferenciar, com segurança, relatos precisos e distorcidos. Quinta e Coelho (2009) realizaram um estudo no qual os participantes adultos foram solicitados, em linha de base, a acusar se falantes estavam relatando de forma precisa ou não. Os dados de linha de base mostraram um baixo desempenho que foi melhorado com o a apresentação de feedback pelos experimentadores, ainda que seu desempenho tenha se mostrado pouco estável e com pouca generalização para outros falantes. Os dados de Quinta e Coelho sugerem a fragilidade do uso de indícios não verbais para

detectar a presença ou a ausência de correspondência mesmo após o uso de um procedimento de treino discriminativo. Ademais, ainda existe a possibilidade de o falante não ter passado por um histórico consistente de punições para seus relatos distorcidos, o que enfraqueceria a ocorrência das alterações comportamentais detectáveis.

Outro indício comum de que o cliente está apresentando relatos distorcidos é o que se denomina cotidianamente de contradição, ou seja, relatos diferentes acerca de um mesmo evento. Quando o cliente se contradiz, pode-se concluir que houve algum relato distorcido. Todavia esse não é um modo de diferenciar relatos precisos de distorcidos porque não há meios de o terapeuta saber qual dos relatos é preciso, ou mesmo se algum dos dois relatos é preciso.

Os dois modos acima são incompletos porque levam em consideração predominantemente as topografias de respostas em detrimento da função. Parece ser mais útil analisar as variáveis que levariam o cliente a relatar com precisão ou não, ou seja, fazer a análise funcional. Estudos como os de Critchfield e Perone (1990; 1993), Brino e de Rose (2006), Cortez et al. (2013), Cortez, de Rose e Miguel (2014) demonstraram que, quando o comportamento tem histórico de punição, é provável que os relatos acerca dele sejam distorcidos. Esses dados tornam possível especular que relatos de comportamentos passíveis de punição por outras pessoas tenderão a ser precisos, já os relatos da emissão de comportamentos normalmente reforçados não seriam confiáveis.

Por exemplo, caso um cliente que foi encaminhado da justiça por violência doméstica relate para o terapeuta que deu um soco e um chute em sua esposa após ingerir bebida alcoólica, é provável que esse relato seja preciso, uma vez que esse comportamento e o relato acerca dele são usualmente punidos. Entretanto relatos desse

mesmo cliente de que conseguira se conter diante de ofensas verbais e agressões físicas de sua esposa são menos confiáveis.

É importante ressaltar que terapeuta e cliente formam uma subcomunidade verbal que possui as suas próprias práticas de reforçamento. Sendo assim, não basta ao terapeuta especular acerca das consequências dos comportamentos e dos relatos acerca desses comportamentos no ambiente fora da terapia. Ele também precisa levar em consideração a relação terapêutica em si, ou seja, de quais contingências de reforçamento e punição esses comportamentos fazem parte dentro da terapia. Por exemplo, familiares conservadores de um cliente homossexual provavelmente apresentarão estímulos aversivos contingentes aos seus relatos de comportamentos sexuais com pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, caso o terapeuta estabeleça como meta que o cliente vivencie a própria sexualidade, esses mesmos relatos produzirão efeitos distintos no terapeuta em comparação com a família. Sendo assim, se esse cliente estiver relutante em viver relações homoafetivas, é possível que relate tê-las vivido sem tê-las vivido de fato, já que esse relato provavelmente seria reforçado pelo terapeuta. Mesmo que o terapeuta estabeleça práticas de reforçamento distintas da sociedade e das pessoas com as quais o cliente se relaciona, o reforçamento arbitrário de relatos específicos pode resultar em relatos distorcidos. Nesse caso, não ocorreria uma generalização para fora do consultório, e, sim, uma discriminação entre dentro e fora do consultório. Apesar disso fica evidente a importância da relação terapêutica ao se discutir a correspondência verbal na clínica.

### **COMO CONSEQUENCIAR OS RELATOS?**

As conclusões desse artigo alertam para os cuidados que os terapeutas precisam ter ao lidarem com os relatos dos clientes na sessão. De acordo com os dados reportados por Antunes e Medeiros (2016) e Antunes (2016), quando o relato preciso tem maior

probabilidade de reforçamento, a frequência de relatos distorcidos é menor. Com base nesses resultados, portanto, pode-se considerar que os relatos de comportamentos a enfraquecer e a fortalecer deveriam produzir as mesmas consequências em terapia. Ou seja, no caso do cliente que agride fisicamente a esposa, o terapeuta, ao consequenciar de modo similar os relatos de tê-la agredido ou não, diminuiria a probabilidade de emissão de relatos não correspondentes. Como observa Falcão (2011), terapeutas frequentemente desconsideram os efeitos do modo como consequenciam os relatos do cliente sobre a correspondência verbal e punem relatos de comportamentos a enfraquecer. Ao mesmo tempo, reforçam relatos de comportamentos a fortalecer, como o de ter tido relações com pessoas do mesmo sexo do cliente cuja demanda é de aceitar a própria orientação homoafetiva.

Medeiros e Medeiros (2012) sugerem alguns modos de consequenciar os relatos do cliente. Os autores recomendam cautela ao consequenciar relatos de comportamentos que se objetive aumentar de frequência uma vez que tais relatos, conforme discutido acima, têm mais chance de serem distorcidos. Nesse caso, o terapeuta poderia, de acordo com Medeiros e Medeiros (2012), fazer perguntas abertas acerca dos reforçadores naturais com que o cliente possivelmente entrou em contato ao emitir o comportamento a fortalecer. Por exemplo, caso o cliente homossexual relate um encontro amoroso com alguém do mesmo sexo, o terapeuta, ao invés de parabenizá-lo (reforçamento arbitrário), deveria perguntar sobre como foi o encontro, qual lugar eles foram, sobre o que conversaram, o que ele achou da companhia da outra pessoa etc.

De acordo com Medeiros e Medeiros (2012), os relatos de comportamentos a enfraquecer, por sua vez, poderiam ser consequenciados de dois modos. O primeiro modo seria a apresentação de perguntas

do terapeuta que levassem o cliente a descrever os estímulos aversivos com que ele teria entrado em contato ao emitir o comportamento a enfraquecer. No exemplo da cliente que sofre com o término do namoro, diante do relato de tê-lo encontrado novamente, o terapeuta poderia fazer perguntas do tipo: “Como você se sentiu depois que vocês se despediram?”; “Como ele te tratou depois do encontro de vocês?”; “Quais as diferenças desse encontro em relação a todos os outros que tiveram depois que romperam?” etc. Ao fazer perguntas sobre os reforçadores e os estímulos aversivos naturais com os quais o cliente entrou em contato, ao emitir comportamentos a fortalecer e a enfraquecer respectivamente, o terapeuta estaria aumentando o controle das consequências naturais sobre o comportamento relatado. Agindo assim, o terapeuta não consequencia diferencialmente os relatos de comportamentos a fortalecer e a enfraquecer uma vez que ambos são seguidos da atenção do terapeuta por meio de suas perguntas. Com esse procedimento, espera-se afetar mais os comportamentos relatados do que os relatos acerca desses comportamentos.

O mesmo vale quando se trabalha com a correspondência dizer-fazer. Ao anunciar a emissão de um comportamento a fortalecer, os terapeutas, de acordo com Medeiros e Medeiros (2012), podem fazer perguntas acerca dos reforçadores que provavelmente serão produzidos pelo comportamento a fortalecer caso seja emitido. No caso dos comportamentos a enfraquecer, as perguntas serão acerca dos estímulos aversivos que provavelmente serão produzidos pelo comportamento a enfraquecer uma vez emitido.

Independentemente do tipo de correspondência, o terapeuta deve ter cuidado com o modo pelo qual formula as suas perguntas. Palavras como vantagens, desvantagens, certo, errado, sucesso, fracasso, entre outras, devem ser evitadas. Essas palavras qualificam as perguntas de modo que

podem consequenciar diferencialmente os relatos de comportamentos a enfraquecer e a fortalecer.

Medeiros e Medeiros (2012) também sugerem que os relatos de comportamentos a enfraquecer podem ser ouvidos com atenção pelo terapeuta, o qual, entretanto, não fará mais perguntas acerca desses comportamentos. Esse procedimento é indicado principalmente quando o cliente já relata os estímulos aversivos que a emissão do comportamento a enfraquecer produziu. Nessas situações, as perguntas sobre os estímulos aversivos poderiam aumentar o nível de aversividade da sessão, o que é correlacionado com respostas de fuga e esquiva, as quais dificultam o processo terapêutico.

Por fim, resta a pergunta de como reagir quando a ausência de correspondência é detectada pelo terapeuta, como no caso de contradições, por exemplo. Em um primeiro momento, pode-se pensar em punir a emissão do relato incoerente ou sinalizar para o cliente que a contradição foi detectada. Nessa situação, o terapeuta não estaria punindo o comportamento de relatar em si, e, sim, uma de suas propriedades, como a ausência de correspondência. Conforme sustentam Moreira e Medeiros (2007), o efeito da punição arbitrária não é específico ao comportamento ao qual ela é contingente, afetando os demais comportamentos que ocorrem próximos temporalmente. A punição não afetará apenas a propriedade da ausência de correspondência, como afetará o comportamento de relatar em si. Ao punir um relato contraditório, portanto, é provável que o terapeuta crie condições para que novos relatos distorcidos ocorram. Diante de contradições, o ideal seria o terapeuta fazer uma análise da relação terapêutica em si, principalmente, refletir acerca de como tem consequenciado os relatos do cliente, uma vez que relatos distorcidos estão ocorrendo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correspondência verbal na clínica parece ser mais complexa do que meramente detectar se o cliente está falando a verdade ou se está mentindo. Relatar com precisão ou de forma distorcida se constitui em comportamentos operantes que precisam ser analisados funcionalmente. Cabe ressaltar, porém, que a fidedignidade do relato verbal afeta as análises funcionais dos demais comportamentos relatados dos clientes, o que lhe confere especial relevância para clínica mesmo que existam poucos os trabalhos sobre esse tema.

Behavioristas radicais não atribuem a ausência de correspondência como falta de caráter ou má índole. Explicações desse tipo, como afirma Skinner (1953), não são explicações e afastam o psicólogo da identificação de variáveis relevantes no controle do comportamento. Além disso, as pesquisas listadas neste artigo, como as de Ribeiro (1989); Critchfield e Perone (1990; 1993) e Antunes (2016), demonstraram o efeito de variáveis ambientais na correspondência verbal, de modo que é possível extrapolar os efeitos dessas variáveis na correspondência verbal na clínica. Dentre elas, mostraram-se relevantes as consequências diferenciais para relatos específicos, o modo como são solicitados os relatos, o histórico e a probabilidade de reforçamento para relatos precisos e a probabilidade de checagem dos relatos.

Como os treinos de correspondência necessitam de checagem (Brino & de Rose, 2006; Cortez et al., 2013; Cortez et al., 2014; Ribeiro, 1989), parece que poucas iniciativas do terapeuta aumentam a correspondência verbal dos relatos verbais de seus clientes, enquanto várias delas resultam na ausência de correspondência. A emissão de consequências arbitrárias aos relatos, a emissão de regras e de perguntas fechadas foram apontadas como as condutas do terapeuta mais correlacionadas com a ausência de correspondência, ao passo que fazer

perguntas abertas para o cliente acerca das consequências naturais de seus comportamentos relatados foi apontado como alternativa para intervir nesses comportamentos sem afetar o comportamento de relatar.

A correspondência verbal na clínica se mostra um tópico no qual os comportamentos-alvo relatados e emitidos se encontram. Afinal, relatar de modo preciso pode ser um comportamento emitido na relação terapêutica a fortalecer, ao passo que relatar de modo distorcido seria um comportamento emitido a enfraquecer. A relação terapêutica, portanto, ganha um protagonismo ao se discutir a correspondência verbal na clínica uma vez que, para o terapeuta abordar com confiança comportamentos que ocorrem fora da sessão, é fundamental que os comportamentos verbais dentro da relação terapêutica sejam correspondentes. As práticas do terapeuta aqui discutidas, ao afetarem a correspondência verbal na clínica, afetam uma parte relevante da relação terapêutica em si.

Não foi objetivo deste artigo esgotar esse assunto que se mostrou complexo e passível de abordagens distintas. Cabe ainda ressaltar que muitas relações funcionais aqui expressas foram obtidas em pesquisas controladas de laboratório, sendo necessária a execução de pesquisas aplicadas de modo a verificar a replicação dessas relações funcionais na clínica. De qualquer modo, as relações funcionais aqui apontadas têm o potencial de gerar a reflexão em terapeutas analítico-comportamentais acerca de suas práticas e os efeitos que elas produzem na correspondência verbal na clínica.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. A. B., & Medeiros, C. A. (2016). Correspondência verbal em um jogo de cartas com crianças. *Acta Comportamentalia*, 24, 15-28.

- Baum, W. M. (2005/2006). Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução. (M. T. A. Silva et al., Trans.) Porto Alegre: Artmed.
- Beckert, M. E. (2005). Correspondência verbal/não-verbal: Pesquisa básica e aplicações na clínica. In J. Abreu-Rodrigues & M. R. Ribeiro (Orgs.), *Análise do comportamento: Pesquisa, teoria e aplicação* (pp. 229-244). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brino, A. L. F., & de Rose, J. C. (2006). Correspondência entre auto-relatos e desempenhos acadêmicos antecedentes em crianças com história de fracasso escolar. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 2, 67-77. doi:10.18542/rebac.v2i1.803
- Brito, R. L., Medeiros, C. A., Medeiros, F. H., Antunes, R. A. B., & Souza, L. G. (2014). Efeitos da magnitude da punição na correspondência verbal em situação lúdica. In N. B. Borges, L. F. G. Aureliano, & J. F. Leonardi (Orgs.), *Comportamento em Foco* (Vol. 4, pp. 173-188). São Paulo: ABPMC.
- Catania, A. C. (1999/1999). Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição (D. G. Souza, Trans.). Porto Alegre: Artmed.
- Catania, A. C., Matthews, B. A., & Shimoff, E. (1982). Instructed versus shaped human verbal behavior: Interactions with nonverbal responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 38, 233-248. doi:10.1901/jeab.1982.38-233
- Chamati, A. B. D. T., & Pergher, N. K. (2009). Modelagem do comportamento de falar a verdade em sessões de terapia. *Revista Psicolog*, 2, 65-76.
- Cortez, M. D., de Rose, J. C., & Miguel, C. (2014). The role of correspondence training on children's self-report accuracy across tasks. *The Psychological Record*, 64, 393-402. doi:10.1007/s40732-014-0061-8
- Cortez, M. D., de Rose, J. C., & Montagnoli, T. A. S. (2013). Treino e manutenção de correspondência em autorrelatos de crianças com e sem história de fracasso escolar. *Acta Comportamental*, 21(2), 139-157.
- Critchfield, T. S., & Perone, M. (1990). Verbal self-reports of delayed matching to sample by humans. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 53, 321-344. doi:10.1901/jeab.1990.53-321
- Critchfield, T. S., & Perone, M. (1993). Verbal self-reports about matching to sample: Effects of the number of elements in a compound sample stimulus. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 59, 193-214. doi:10.1901/jeab.1993.59-193
- Demoly, P. M. (2016). Efeito de perguntas abertas e fechadas na correspondência verbal num jogo de cartas (Unpublished undergraduate thesis). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Falcão, J. C. (2011). O que faz o terapeuta analítico-comportamental no consultório? (Unpublished undergraduate thesis). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Ferster, C. B. (1972). An experimental analysis of clinical phenomena. *The Psychological Record*, 22, 1-16. doi:10.1007/BF03394059
- Glenn, S. S. (1983). Maladaptive functional relations in client verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 6, 47-56. doi:10.1007/BF03391873



- Hayes, S. C., Zettle, R. D., & Rosenfarb, I. (1989). Rule-Following. Em S. C. Hayes (Org.). *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 191-218). New York and London: Plenum Press.
- Hübner, M. M. C. (1997/1999). Conceituação do comportamento verbal e seu papel na terapia. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 277-281). São Paulo: Arbytes.
- Keller, F. S., & Schoenfeld, W. N. (1950/1973). *Princípios de psicologia*. (C. Bori & R. Azzi, Trans.). São Paulo: EPU – Editora Pedagógica Universitária.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1991/2001). *Psicoterapia analítica funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas*. (R. R. Kerbaux (Org. & Trans.)). Santo André: Esetec.
- Lizarazo, N. E., Muñoz-Martinez, A. M., Santos, M. M., & Kanter, J. W. (2015). A within-subjects evaluation of the effects of functional analytic psychotherapy on in-session and out-of-session client behavior. *The Psychological Record*, 65(3), 463-474. doi:10.1007/s40732-015-0122-7
- Lloyd, K. E. (2002). A review of correspondence training: Suggestions for a revival. *The Behavior Analyst*, 25, 57-73. doi:10.1007/BF03392045
- Matthews, B. A., Catania, A. C., & Shimoff, E. (1985). Effects of uninstructed verbal behavior on nonverbal responding: Contingency descriptions versus performance descriptions. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 43(2), 155-164. doi:10.1901/jeab.1985.43-155
- Medeiros, C. A. (2002a). Análise funcional do comportamento verbal na clínica comportamental. Em A. M. S. Teixeira, A. M. L. S. Machado, N. M. S. Castro, & S. D. Cirino (Orgs.), *Ciência do Comportamento: Conhecer e Avançar* (Vol. 2, pp. 176-187). Santo André: Esetec.
- Medeiros, C. A. (2002b). Comportamento verbal na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4, 105-118.
- Medeiros, C. A. (2010). Comportamento governado por regras na clínica comportamental: algumas considerações. In A. K. C. R. de-Farias (Org.), *Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 95-111). Porto Alegre: Artmed
- Medeiros, C. A. (2013). Mentiras, indiretas, desculpas e racionalizações: manipulações e imprecisões do comportamento verbal. In C. V. B. B. Pessoa, C. E. Costa, & M. F. Benvenuti. *Comportamento em foco* (Vol. 2, pp. 157-170). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental - ABPMC.
- Medeiros, C. A., & Medeiros, N. N. F. A. (2012). Psicoterapia Comportamental Pragmática. In C. V. B. B. Pessoa, C. E. Costa, & M. F. Benvenuti, *Comportamento em foco* (Vol. 1, pp. 417-436). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental - ABPMC.
- Medeiros, C. A., Oliveira, J. A., & Silva, C. O. (2013). Correspondência verbal em situação lúdica: Efeito da probabilidade de checagem. *Revista Fragmentos de Cultura*, 23, 563-578. doi: 10.18224/frag.v23i4.2987

- Medeiros, C. A., & Rocha, G. M. (2004). Racionalização: Um breve diálogo entre a Psicanálise e a Análise do Comportamento. In M. Z. Brandão, F. C. da S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Contingências e metacontingências, contextos sócioverbais e o comportamento do terapeuta* (Vol. 13, pp. 27-38). Santo André: Esetec.
- Medeiros, F. H. (2012). Contingências de reforçamento positivo e punição negativa na correspondência verbal (Unpublished undergraduate thesis). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Paniagua, F. (1990). A procedural analysis of correspondence training techniques. *The Behavior Analyst*, 13, 107-119. doi:10.1007/BF03392528
- Paniagua, F., & Baer, D. (1982). The analysis of correspondence training as a chain reinforceable at any point. *Child Development*, 53, 786-798. doi: 10.2307/1129393
- Pergher, N. K. (2002). É possível saber se o cliente está falando a verdade? In Teixeira, A. M. S., Machado, A. M. L. S., Castro, N. M. S., Cirino, S. D. (Orgs.), *Ciência do comportamento: Conhecer e avançar* (Vol. 2, pp. 109-122). Santo André: Esetec.
- Peterson, N. M. (1978). *An introduction to verbal behavior*. Grand Rapids, MI: Behavior Associates.
- Quinta, N. C. C., & Coelho, C. (2009). Contando e detectando mentiras: Efeito do feedback sobre o desempenho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 137-145. doi:10.1590/S0102-37722009000100016
- Ribeiro, A. F. (1989). Correspondence in children's self-report: Tacting and manding aspects. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 51, 361-367. doi: 10.1901/jeab.1989.51-361
- Risley, T., & Hart, B. (1968). Developing correspondence between nonverbal and verbal behavior of preschool children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1, 267-281. doi:10.1901/jaba.1968.1-267
- Sanabio-Heck, E. T., & Abreu-Rodrigues, J. (2002). Efeitos de contingências de punição sobre os desempenhos verbal e não verbal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 161-172. doi:10.1590/S0102-37722002000200006
- Shimoff, E., Matthews, B. A., & Catania, A. C. (1986). Human operant performance: Sensitivity and pseudosensitivity to contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 46(2), 149-157. doi:10.1901/jeab.1986.46-149
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1957/1978). *O comportamento verbal*. (M. P. Villalobos, Trans.). São Paulo: Cultrix.
- Souza, R. S., S. S. Guimarães, R. A. Antunes, C. A. Medeiros (2014). Correspondência verbal em um jogo de cartas: Perguntas abertas e perguntas fechadas. In N. B. Borges, L. F. G. Aureliano, & J. F. Leonardi (Orgs.), *Comportamento em Foco* (Vol. 4, pp. 189-204). São Paulo: ABPMC.
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1986). Dysfunctional control by client verbal behavior: The context of reason-giving. *The Analysis of Verbal Behavior*, 4(1), 30-38. doi:10.1007/BF03392813

Recebido em 28/10/2017

Revisado em 03/02/2018

Aceito em 06/03/2018